



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS - CHIADOR - DESCOBERTO - GUARARÁ - MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS - MERCÊS - PEQUERI - ROCHEDO DE MINAS - SANTANA DO DESERTO
SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO - SÃO JOÃO NEPOMUCENO - SENADOR CORTES - VARGINHA

PREGÃO ELETRÔNICO

010/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO

048/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - CIESP

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA, PREVENTIVA E CORRETIVA, COM TROCA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOS VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES À FROTA OPERACIONAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - CIESP.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 543.394,00 (QUINHENTOS E QUARENTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DIA 24/10/2024 ÀS 09:00H (NOVE HORAS) - HORÁRIO DE BRASÍLIA

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

AMPLA CONCORRÊNCIA

SUMÁRIO

1.	DO OBJETO.....	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	4
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	10
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	16
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	21
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	25
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	26
11.	DOS RECURSOS	27
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	28
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	32
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	32
1.	DO OBJETO.....	34
2.	DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS	34
3.	ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES	35
4.	DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	35
5.	VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA	37
6.	ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS	39
7.	NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS	40
8.	REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	41
9.	CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS	42
10.	DAS PENALIDADES.....	43
12.	CONDIÇÕES GERAIS	46



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS - CHIADOR - DESCOBERTO - GUARARÁ - MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS - MERCÊS - PEQUERI - ROCHEDO DE MINAS - SANTANA DO DESERTO
SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO - SÃO JOÃO NEPOMUCENO - SENADOR CORTES - VARGINHA

EDITAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - CIESP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

(Processo Administrativo nº 048/2024)

Torna-se público que o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - CIESP por meio do Departamento de Licitações, sediado na Avenida Governador Valadares, nº 1020, bairro Alhadas, Bicas/MG, CEP 36.600-270, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 (conforme permite o art. 187 da nova Lei de licitações), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção mecânica e elétrica, preventiva e corretiva, com troca de peças e acessórios nos veículos oficiais pertencentes à frota operacional do Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP.

1.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela abaixo.

LOTE 01 - MECÂNICA						
ITEM	TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE DE VEÍCULO	FABRICANTE	QUANTIDADE ESTIMADA HORAS/ANO	VALOR UNITÁRIO (HORA)	VALOR TOTAL
01	MICRO ÔNIBUS	03	MERCEDES BENZ	300	R\$ 150,00	R\$ 45.000,00
02	MICRO ÔNIBUS	05	BEPOBUS NÀSCERE/VOLKSBUS	500	R\$ 164,50	R\$ 82.250,00
03	SAVEIRO	01	VOLKSWAGEN	100	R\$ 80,92	R\$ 8.092,00
04	GOL	01	VOLKSWAGEN	100	R\$ 120,00	R\$ 12.000,00
05	SPIN	04	CHEVROLET	400	R\$ 84,75	R\$ 33.900,00
06	ZAFIRA	01	CHEVROLET	100	R\$ 200,00	R\$ 20.000,00
07	STRADA	01	FIAT	100	R\$ 80,25	R\$ 8.025,00

08	MOTO	01	HONDA	100	R\$ 77,00	R\$ 7.700,00
09	VAN	02	FIAT	200	R\$ 154,50	R\$ 30.900,00
10	FURGÃO	01	PEUGEOT	100	R\$ 200,00	R\$ 20.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01						R\$ 267.867,00

LOTE 02 - ELÉTRICA						
ITEM	TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE DE VEÍCULO	FABRICANTE	QUANTIDADE ESTIMADA HORAS/ANO	VALOR UNITÁRIO (HORA)	VALOR TOTAL
01	MICRO ÔNIBUS	03	MERCEDES BENZ	300	R\$ 150,00	R\$ 45.000,00
02	MICRO ÔNIBUS	05	BEPOBUS NÀSCERE/VOLKSBUS	500	R\$ 158,26	R\$ 79.130,00
03	SAVEIRO	01	VOLKSWAGEN	100	R\$ 78,31	R\$ 7.831,00
04	GOL	01	VOLKSWAGEN	100	R\$ 160,00	R\$ 16.000,00
05	SPIN	04	CHEVROLET	400	R\$ 80,00	R\$ 32.000,00
06	ZAFIRA	01	CHEVROLET	100	R\$ 200,00	R\$ 20.000,00
07	STRADA	01	FIAT	100	R\$ 85,67	R\$ 8.567,00
08	MOTO	01	HONDA	100	R\$ 69,99	R\$ 6.999,00
09	VAN	02	FIAT	200	R\$ 180,00	R\$ 36.000,00
10	FURGÃO	01	PEUGEOT	100	R\$ 240,00	R\$ 24.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02						R\$ 275.527,00

1.3. A localização da oficina da CONTRATADA deverá ser em Bicas - MG ou Juiz de Fora - MG, locais de circulação regular dos veículos do CIESP, visando atender aos princípios da economicidade e celeridade do serviço.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrados no Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item 3.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. *peessoas jurídicas reunidas em consórcio, uma vez que o objeto em disputa não envolve complexidade que demande a conjugação de esforços empresariais;*

3.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário, quantitativo e valor total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos de referência indicados neste edital;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento)

superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação de ocorrência de empate ficto para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas

para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou

inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria - Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra

fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#). **Os licitantes deverão encaminhar, em campo próprio do sistema, até a data e horário designados para abertura das propostas comerciais, a documentação abaixo relacionada:**

- a) contrato social em vigor;
- b) documentos do representante legal da empresa;
- c) comprovante de inscrição e situação cadastral junto à Receita Federal do Brasil;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da sociedade, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- f) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da sociedade, mediante apresentação de certidão mobiliária emitida pela Secretaria competente do Município;
- g) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

i) Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica;

j) Declaração expressa de que a sociedade não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República;

k) Declaração de inexistência de fatos impeditivos à contratação com o Poder Público.

l) Alvará de localização e funcionamento, expedido pelo órgão competente, comprovando que a empresa está regularizada e apta a operar.

m) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em favor da CONTRATADA, que comprove a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos similares aos descritos neste termo de referência.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou CAGEF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-

financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por documentos digitais revestidos de validade jurídica, nos termos da legislação federal.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação poderá ser verificada por meio dos registros cadastrais indicados no item 8.1.1, nos documentos por eles abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados nos registros cadastrais indicados no item 8.1.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. Os documentos para habilitação deverão ser remetidos, juntamente com a proposta comercial, por meio do sistema, em formato digital, até a data limite para abertura do certame indicada no preâmbulo.

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13. A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação aos licitantes vencedores.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso

para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4.0 descumprimento total ou parcial, de quaisquer das obrigações estabelecidas no presente documento, sujeitará ao LICITANTE às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e às seguintes, que poderão ser aplicadas discricionariamente pelo CIESP, garantida prévia e ampla defesa em Processo Administrativo, na forma do art. 156, da referida Lei:

- a) Advertência;
- b) Multa - dia, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do Contrato ou dos valores registrados em Ata;
- c) Rescisão contratual ou cancelamento da Ata de Registro de Preços com multa equivalente a 20 multas - dias;
- d) Impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, inciso IV, da Lei 14.133/21. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das

infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

12.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10. Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> ou pelo e-mail: licitacao@ciesp.mg.gov.br mediante confirmação de recebimento.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.ciesp.mg.gov.br/>

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Minuta de Ata de Registro de Preços

14.11.2. ANEXO II - Minuta do Cadastro Reserva

14.11.3. ANEXO III - Termo de Referência

14.11.4. ANEXO IV - Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Risco

Bicas/MG, 01 de outubro de 2024.

Cristiano Corrêa Coletta

Presidente do CIESP



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS - CHIADOR - DESCOBERTO - GUARARÁ - MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS - MERCÊS - PEQUERI - ROCHEDO DE MINAS - SANTANA DO DESERTO
SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO - SÃO JOÃO NEPOMUCENO - SENADOR CORTES - VARGINHA

ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - CIESP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º XXX/20XX

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - CIESP** com sede na Rua Morvan Dias de Figueiredo, nº 11, bairro Centro, na cidade de Bicas/MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.356.999/0001-55, neste ato representado pelo seu Exmo. Presidente, Sr. Cristiano Correa Coletta, inscrito no CPF/MF nº 057.081.106-60, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 010/2024, publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP de/...../202....., processo administrativo n.º 048/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção mecânica e elétrica, preventiva e corretiva, com troca de peças e acessórios nos veículos oficiais pertencentes à frota operacional do Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP, especificados no Termo de Referência, Anexo III do edital de Licitação nº 010/2024 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

- FORNECEDOR -						
RAZÃO SOCIAL: CNPJ/MF: ENDEREÇO: TELEFONE: E-MAIL: REPRESENTANTE: CPF:						
LOTE XX						
ITEM	TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE DE VEÍCULO	FABRICANTE	QUANTIDADE ESTIMADA HORAS/ANO	VALOR UNITÁRIO (HORA)	VALOR TOTAL
01	MICRO ÔNIBUS	03	MERCEDES BENZ	300	R\$..	R\$..
02	MICRO ÔNIBUS	05	BEPOBUS NÀSCERE/VOLKSBUS	500	R\$..	R\$..
03	SAVEIRO	01	VOLKSWAGEN	100	R\$..	R\$..
04	GOL	01	VOLKSWAGEN	100	R\$..	R\$..
05	SPIN	04	CHEVROLET	400	R\$..	R\$..
06	ZAFIRA	01	CHEVROLET	100	R\$..	R\$..
07	STRADA	01	FIAT	100	R\$..	R\$..
08	MOTO	01	HONDA	100	R\$..	R\$..
09	VAN	02	FIAT	200	R\$..	R\$..
10	FURGÃO	01	PEUGEOT	100	R\$..	R\$..
TOTAL DO FORNECEDOR:						R\$..

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços constará junto ao presente Processo.

3. ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o Consórcio Intermunicipal de Especialidades – CIESP.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na

ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade

gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS:

11.1. A detentora da Ata de Registro de Preços obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente na presente Ata de Registro de Preços.

11.2. A detentora da Ata de Registro de Preços obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

11.3. A detentora da Ata de Registro de Preços deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da

informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

11.4. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto desta Ata.

11.5. A detentora da Ata de Registro de Preços não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6. Quando expressamente autorizada a transmissão a terceiros, as partes obrigam-se a fornecer a informação, os dados pessoais e/ou a base de dados estritamente necessários durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento, observados os deveres de proteção, confidencialidade e sigilo aplicáveis.

11.7. A detentora da Ata de Registro de Preços fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da do término de sua vigência, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.8. À detentora da Ata de Registro de Preços não será permitido, fora das hipóteses legais, deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento.

11.9. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá providenciar a eliminação dos dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

11.10. A detentora da Ata de Registro de Preços deverá notificar, imediatamente, no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

11.11. A notificação não eximirá a detentora da Ata de Registro de Preços das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

11.12. A detentora da Ata de Registro de Preços que descumprir os termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento, fica obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

11.13. As partes ficam obrigadas a manter preposto para comunicação relativa aos assuntos pertinentes à esta cláusula.

11.14. O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula permanecerão em vigor após a extinção das relações entre as partes, bem como, entre o fornecedor e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços, sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

11.15. Eventuais responsabilidades serão apuradas conforme estabelecido nesta Ata de Registro de Preços e também de acordo com o que dispõe o Capítulo VI, Seção III, da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO III do Edital.

12.2. A data indicada neste documento apresenta o dia de sua confecção, sendo que, para efeitos de vigência, deverá observar-se a cláusula 5.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços para que produza seus jurídicos e legais efeitos, elegendo o Foro da Comarca de Bicas - MG para dirimirem quaisquer questões não possíveis de resolução administrativa.

Bicas - MG, na data de sua assinatura digital.

Cristiano Correa Coletta
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
ESPECIALIDADES - CIESP

Representante Legal
EMPRESA

ANEXO II - MINUTA DO CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

- FORNECEDOR -						
RAZÃO SOCIAL: CNPJ/MF: ENDEREÇO: TELEFONE: E-MAIL: REPRESENTANTE: CPF:						
LOTE XX						
ITEM	TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE DE VEÍCULO	FABRICANTE	QUANTIDADE ESTIMADA HORAS/ANO	VALOR UNITÁRIO (HORA)	VALOR TOTAL
01	MICRO ÔNIBUS	03	MERCEDES BENZ	300	R\$..	R\$..
02	MICRO ÔNIBUS	05	BEPOBUS NÀSCERE/VOLKSBUS	500	R\$..	R\$..
03	SAVEIRO	01	VOLKSWAGEN	100	R\$..	R\$..
04	GOL	01	VOLKSWAGEN	100	R\$..	R\$..
05	SPIN	04	CHEVROLET	400	R\$..	R\$..
06	ZAFIRA	01	CHEVROLET	100	R\$..	R\$..
07	STRADA	01	FIAT	100	R\$..	R\$..
08	MOTO	01	HONDA	100	R\$..	R\$..
09	VAN	02	FIAT	200	R\$..	R\$..
10	FURGÃO	01	PEUGEOT	100	R\$..	R\$..
TOTAL DO FORNECEDOR:						R\$..

- FORNECEDOR -						
RAZÃO SOCIAL: CNPJ/MF: ENDEREÇO: TELEFONE: E-MAIL: REPRESENTANTE: CPF:						
LOTE XX						
ITEM	TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE DE VEÍCULO	FABRICANTE	QUANTIDADE ESTIMADA HORAS/ANO	VALOR UNITÁRIO (HORA)	VALOR TOTAL
01	MICRO ÔNIBUS	03	MERCEDES BENZ	300	R\$..	R\$..
02	MICRO ÔNIBUS	05	BEPOBUS NÀSCERE/VOLKSBUS	500	R\$..	R\$..
03	SAVEIRO	01	VOLKSWAGEN	100	R\$..	R\$..
04	GOL	01	VOLKSWAGEN	100	R\$..	R\$..
05	SPIN	04	CHEVROLET	400	R\$..	R\$..

06	ZAFIRA	01	CHEVROLET	100	R\$..	R\$..
07	STRADA	01	FIAT	100	R\$..	R\$..
08	MOTO	01	HONDA	100	R\$..	R\$..
09	VAN	02	FIAT	200	R\$..	R\$..
10	FURGÃO	01	PEUGEOT	100	R\$..	R\$..
TOTAL DO FORNECEDOR:						R\$..

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

- FORNECEDOR -						
RAZÃO SOCIAL: CNPJ/MF: ENDEREÇO: TELEFONE: E-MAIL: REPRESENTANTE: CPF:						
LOTE XX						
ITEM	TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE DE VEÍCULO	FABRICANTE	QUANTIDADE ESTIMADA HORAS/ANO	VALOR UNITÁRIO (HORA)	VALOR TOTAL
01	MICRO ÔNIBUS	03	MERCEDES BENZ	300	R\$..	R\$..
02	MICRO ÔNIBUS	05	BEPOBUS NÀSCERE/VOLKSBUS	500	R\$..	R\$..
03	SAVEIRO	01	VOLKSWAGEN	100	R\$..	R\$..
04	GOL	01	VOLKSWAGEN	100	R\$..	R\$..
05	SPIN	04	CHEVROLET	400	R\$..	R\$..
06	ZAFIRA	01	CHEVROLET	100	R\$..	R\$..
07	STRADA	01	FIAT	100	R\$..	R\$..
08	MOTO	01	HONDA	100	R\$..	R\$..
09	VAN	02	FIAT	200	R\$..	R\$..
10	FURGÃO	01	PEUGEOT	100	R\$..	R\$..
TOTAL DO FORNECEDOR:						R\$..



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS - CHIADOR - DESCOBERTO - GUARARÁ - MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS - MERCÊS - PEQUERI - ROCHEDO DE MINAS - SANTANA DO DESERTO
SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO - SÃO JOÃO NEPOMUCENO - SENADOR CORTES - VARGINHA

ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente documento tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção mecânica e elétrica, preventiva e corretiva, com troca de peças e acessórios nos veículos oficiais pertencentes à frota operacional do Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP, observados os detalhamentos técnicos e operacionais, especificações e condições constantes neste Termo de Referência.

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. Serviço de manutenção corretiva e/ou preventiva nos veículos oficiais relacionados no Anexo I, pertencentes à frota operacional do Consórcio Intermunicipal Especialidades, que serão executados, no todo ou em parte, conforme a seguinte discriminação:

2.1.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA: serviço de caráter revisional, com ocorrência em intervalos regulares de quilometragem percorrida ou tempo de utilização, conforme previsto no manual de manutenção do veículo, compreendendo, basicamente, a substituição de componentes de vida útil pré-determinada, tais como óleo, elementos de filtros, correias, velas, bicos injetores, pastilhas, lonas de freio etc;

2.1.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA: são todos os serviços e reparos necessários a correção dos defeitos ocorridos acidentalmente como, por exemplo, desgaste, quebra ou defeito da carroceria ou de chassi.

2.1.3. SERVIÇO MECÂNICO



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

2.1.3.1. Desmontagem, retífica/reparo, montagem e ajuste de motores a combustão de baixa e alta pressão movidos a gasolina/álcool e diesel;

2.1.3.2. Desmontagem, reparação, montagem e ajuste de cubos de roda, rodas, injetores de combustível mecânicos e/ou eletrônicos, mangas e eixos de transmissão, bombas d'água, de combustível e outros, troca preventiva de óleos lubrificantes e filtros diversos, câmbio mecânico e/ou automático, (caixa de mudança de marchas), reduções e/ou trações 4X4, freios, embreagem, rolamentos, retentores, sistema de arrefecimento (radiadores), válvulas, diferencial, distribuição, direção, engrenagens diversas, amortecedor, suspensão, magneto, mancal, suporte, biela, pistão, retifica de motor a combustão, enfim, todos os serviços mecânicos e hidráulicos do veículo, inclusive, substituição de peças e acessórios avariados ou com defeito.

2.1.4. SERVIÇO ELÉTRICO

2.1.4.1. Reparo e revisão de todo o sistema elétrico e eletrônico, com substituição de lâmpadas, faróis, fusíveis, relés, fios e cabos elétricos, ignição eletrônico, bateria, alternador, motores elétricos, etc;

2.1.4.2. Inspeção e conserto no conjunto de iluminação interna (incluindo luzes de informação do painel de instrumentos) e externa, bem como da buzina e do sinal sonoro de marcha à ré;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

2.1.4.3. Inspeção e conserto no sistema de ventilação;

2.1.4.4. Inspeção e conserto no sistema de limpeza do para-brisa, incluindo o esguicho d'água;

2.1.4.5. Inspeção e conserto no sistema de geração (alternador) e armazenamento (bateria) de energia;

2.1.4.6. Inspeção e conserto no conjunto de instrumentos do painel (mostradores), bem como das chaves de acionamento de setas, faróis e demais equipamentos elétricos;

2.1.4.7. Inspeção, limpeza e conserto das conexões do chicote elétrico, bem como a inspeção de fusíveis, relés ou outros componentes necessários ao funcionamento dos equipamentos elétricos instalados no veículo.

2.2. A manutenção corretiva e/ou preventiva será realizada mediante emissão de ordem de serviço pelo CONTRATANTE e terá por finalidade corrigir possíveis falhas, efetuando os necessários ajustes, reparos e consertos, inclusive com a substituição de peças desgastadas pelo uso.

2.3. As peças necessárias à manutenção deverão ser fornecidas pela CONTRATANTE, devendo, para tanto, comprometer-se a disponibilizar as mesmas de acordo com que for solicitado pela CONTRATADA de acordo com o tipo de serviço a ser realizado.

2.4. O material necessário à manutenção deverá ser fornecido pela CONTRATADA, devendo, para tanto, comprometer-se a disponibilizar as



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

ferramentas e equipamentos necessários ao tipo de serviço a ser realizado.

2.5. A CONTRATADA deverá se comprometer a oferecer garantias diferenciadas conforme os seguintes subitens:

2.5.1. Serviço realizado no motor, câmbio e diferencial: garantia mínima de 6 (seis) meses ou 15.000 (quinze mil) quilômetros rodados, prevalecendo o que terminar por último.

2.5.2. Demais serviços: garantia mínima de 3 (três) meses ou 5.000 quilômetros, prevalecendo o que terminar por último.

2.5.3. Ocorrendo defeito ou imperfeição, durante o período de garantia, a CONTRATADA será comunicada e deverá, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contada do recebimento do veículo, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

2.6. Nos serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser utilizadas, somente, peças fornecidas pela CONTRATANTE.

2.7. É vedado a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste Termo de Referência. A CONTRATADA deverá executar integralmente todos os serviços previstos no presente Termo, sendo diretamente responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas.

2.8. A CONTRATADA deverá fornecer a CONTRATANTE, como pré-requisito para a autorização do serviço, um relatório contendo os problemas detectados e as peças necessárias para a realização do serviço.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

2.8.1. A cada serviço, o CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA uma relação que deverá ser preparada de forma detalhada dos defeitos encontrados, com especificação das peças necessárias (nome, código e quantidade) para a aquisição pelo Consórcio, bem como o prazo para a realização dos trabalhos.

2.8.2. As peças serão adquiridas pelo Consórcio, o cálculo da hora/serviço será realizado em conformidade com o relatório de defeitos e com a tabela tempária.

2.8.3. O CONTRATANTE poderá aceitar ou recusar o exposto no relatório, pedir revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a CONTRATADA a executar ou fornecer o que for aprovado no todo ou em parte.

2.8.4. As peças retiradas do veículo deverão ser devolvidas ao CONTRATANTE.

2.9. A CONTRATADA deverá possuir todos os aparelhos, instalações básicas, materiais, utensílios, equipamentos e ferramentas, necessário à completa realização dos serviços objeto deste Termo de Referência, constando, no mínimo de:

2.9.1. Serviço de manutenção mecânica

2.9.1.1. Edificação totalmente murada, com segurança adequada, cobertura estruturada, com capacidade para alojar qualquer um dos veículos constantes do ANEXO I deste Termo de Referência;

2.9.1.2. Elevadores automotivos para veículos leves.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

2.9.1.3. Equipamento de regulagem e gabaritação de freio.

2.9.1.4. Setor de serviço rápido (troca de óleo, filtro, pastilhas e lonas de freio, rolamentos etc.).

2.9.1.5. Sistema informatizado para controle de serviços a executar e executados.

2.9.1.6. Compressor de alta pressão com filtro.

2.9.1.7. Equipamento computadorizado para mapeamento de injeções eletrônicas (motores a álcool e gasolina).

2.9.1.8. Equipamento de solda elétrica e por oxigênio acetileno.

2.9.2. Serviço de manutenção elétrica

2.9.2.1. Equipamento computadorizado para mapeamento de parte elétrica (Scanner).

2.9.2.2. Carregador de bateria.

2.9.2.3. Manômetro de medir pressão de bomba de combustível.

2.9.2.4. Ponta de prova.

2.10. A localização da oficina da CONTRATADA deverá ser em Bicas - MG ou Juiz de Fora - MG, locais de circulação regular dos veículos do CIESP, visando atender aos princípios da economicidade e celeridade do serviço.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

2.11. O CONTRATANTE poderá realizar diligências nas dependências da CONTRATADA vencedora, para a devida averiguação da real possibilidade de a mesma atender a este Termo de Referência, no que se refere às instalações físicas, equipamentos e mão de obra especializada, para a prestação dos serviços de manutenção nos veículos.

3. JUSTIFICATIVA:

3.1. A presente contratação visa a realização de procedimentos preventivos e/ou corretivos nos veículos pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Especialidades (CIESP). Esses serviços são essenciais para assegurar a continuidade e a normalidade das operações dos sistemas de Transporte, Administrativo e de Inspeção Animal, garantindo que nenhuma atividade do órgão seja prejudicada.

3.2. Os veículos do consórcio já ultrapassaram a quilometragem coberta pela garantia, o que torna necessária a manutenção regular para manter a segurança e a funcionalidade. Além disso, a contratação justifica-se pela ausência de um quadro de pessoal efetivo especializado, bem como pela falta de estrutura física e equipamentos adequados para a realização interna desses serviços.

3.3. É essencial que a oficina CONTRATADA se situe em Bicas - MG ou Juiz de Fora - MG, sendo Bicas - MG o local da sede do CIESP, situado na Rua Morvan Dias de Figueiredo nº 11 - Centro, e Juiz de Fora - MG, o município de referência para os atendimentos complementares em saúde, visto tratar-se este serviço em questão, essencialmente, relacionado ao serviço de Saúde. Isto se justifica pela economicidade e celeridade, evitando que a Administração seja obrigada a levar seus veículos a oficinas localizadas a distâncias consideráveis, demandando não só combustível, mas, também, tempo e mão de obra.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. Considerando que os objetos contidos neste termo se enquadram na classificação de comuns, assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade estejam objetivamente definidos, utilizando-se de especificações usuais no mercado, o critério de julgamento deverá ser o de **MENOR PREÇO POR HORA TÉCNICA**, em conformidade com a divisão **POR LOTE** estabelecida no Anexo I.

4.3. A hora técnica do serviço será estabelecida de acordo com a tabela tempária disponível no sítio eletrônico: <http://www.tempario.com.br/>. O acesso a esta tabela será disponibilizado pela Contratada a Contratante, sem ônus. Ressalta-se que este item não é um requisito de habilitação, sendo assim, somente as empresas vencedoras deverão fornecer o acesso.

5. DA QUALIFICAÇÃO EXIGIDA

5.1. Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em favor da CONTRATADA, que comprove a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos similares aos descritos neste termo de referência.

6. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA CONTRATAÇÃO

6.1. Para a contratação, exigir-se-á:

a) contrato social em vigor;

b) documentos do representante legal da empresa, bem como documento de procuração quando aplicável;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

c) comprovante de inscrição e situação cadastral junto à Receita Federal do Brasil, que ateste a regularidade da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da sociedade, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

f) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da sociedade, mediante apresentação de certidão mobiliária emitida pela Secretaria competente do Município;

g) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

i) Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica;

j) Declaração expressa de que a sociedade não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

k) Declaração de inexistência de fatos impeditivos à contratação com o Poder Público;

l) Alvará de localização e funcionamento, expedido pelo órgão competente, comprovando que a oficina está regularizada e apta a operar.

7. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços deverão ser executados nos prazos abaixo estabelecidos, contados a partir da aprovação do orçamento prévio e da emissão da competente ORDEM DE SERVIÇO expedida pelo CONTRATANTE:

7.1.1. Serviço de retífica de motor: 15 (quinze) dias úteis após a entrega das peças pela CONTRATANTE;

7.1.2. Demais serviços, exceto serviços de lubrificação: 5 (cinco) dias úteis após a entrega das peças pela CONTRATANTE.

7.2. Os prazos a que se refere este item poderão ser prorrogados em comum acordo com a CONTRATANTE, por período estabelecido entre as partes, mediante solicitação fundamentada e entregue ao CONTRATANTE antes do vencimento do prazo inicial.

8. REFERENCIAL DE TEMPO

8.1. Mecânica

LOTE 1 - MECÂNICA				
ITEM	TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	FABRICANTE	QUANTIDADE ESTIMADA HORAS/ANO
01	MICRO ÔNIBUS	03	MERCEDES BENZ	300
02	MICRO ÔNIBUS	05	BEPOBUS NÂSCERE / VOLKSBUS	500

03	SAVEIRO	01	VOLKSWAGEN	100
04	Gol	01	VOLKSWAGEN	100
05	SPIN	04	CHEVROLET	400
06	Zafira	01	CHEVROLET	100
07	STRADA	01	FIAT	100
08	MOTO	01	HONDA	100
09	VAN	02	FIAT	200
10	FURGÃO	01	PEUGEOT	100

8.2. Elétrica

LOTE 1 - ELÉTRICA				
ITEM	TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	FABRICANTE	QUANTIDADE ESTIMADA HORAS/ANO
01	MICRO ÔNIBUS	03	MERCEDES BENZ	300
02	MICRO ÔNIBUS	05	BEPOBUS NÀSCERE / VOLKSBUS	500
03	SAVEIRO	01	VOLKSWAGEN	100
04	Gol	01	VOLKSWAGEN	100
05	SPIN	04	CHEVROLET	400
06	Zafira	01	CHEVROLET	100
07	STRADA	01	FIAT	100
08	MOTO	01	HONDA	100
09	VAN	02	FIAT	200
10	FURGÃO	01	PEUGEOT	100

9. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

9.1. O recebimento dos serviços, dar-se-á observar o disposto nos artigos 119 e 140 da Lei nº 14.133 de 2021, no que couber.

9.2. O recebimento provisório, dos serviços executados pela CONTRATADA, deverá ser documentado na própria Ordem de Serviço, ficando em poder da CONTRATADA.

9.3. O recebimento definitivo do veículo será feito por servidor designado pela CONTRATANTE, o qual deverá realizar testes de direção e funcionamento do veículo de maneira a verificar o seu correto funcionamento e documentar o ato na própria Ordem de Serviço.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

9.4. O procedimento de entrega e recebimento do veículo será mediante anotação das condições de recebimento e entrega com sua respectiva quilometragem.

9.5. Em caso de não conformidade, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o item objeto deste Termo de Referência, será rejeitado, devendo ser substituído no prazo máximo de 3 (três) dias, quando se realizarão, novamente, as verificações de conformidade.

9.6. Caso a substituição não ocorra em até 3 (três) dias, ou o novo serviço, também, seja rejeitado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas em Lei.

9.7. A CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento provisório, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.8. O CONTRATANTE não se responsabilizará pela guarda, armazenamento e danos causados a bens rejeitados, sendo que os custos da substituição do bem rejeitado correrão, exclusivamente, às expensas da CONTRATADA.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e o envio para o e-mail compras@ciesp.mg.gov.br do arquivo XML, tendo sido cumpridos todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, devidamente atestada;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

10.2. O valor de cada produto na Nota Fiscal deverá ser o mesmo consignado na Nota de Empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido prazo para a empresa fornecedora fazer a substituição da nota fiscal;

10.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento e atesto da Nota Fiscal, mediante depósito ou transferência bancária para crédito na conta corrente da empresa contratada, no domicílio bancário por ela expressamente informado.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e no Contrato.

11.2. Indicar preposto, no prazo de cinco dias úteis após a assinatura do contrato, que atuará durante todo o período de vigência do Contrato, para atendimento dos serviços, disponibilizando os meios de contato, de forma a agilizar as solicitações, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE.

11.3. Fornecer o material necessário à manutenção corretiva e, dispor de todas as ferramentas e equipamentos ao tipo de serviço a ser realizado, inclusive com uso de capas protetoras nos bancos, volante, freio de mão e cambio, evitando danos e sujidades.

11.4. Fornecer acesso ao Consórcio, sem ônus, à tabela temporária estabelecida como a referencial neste termo de referência.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

11.5. Executar integralmente os serviços objeto deste Termo de Referência, sendo vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto.

11.6. Arcar com a responsabilidade técnica e financeira para a execução de todos os testes necessários para comprovar o desempenho dos serviços executados, na presença de representante do CONTRATANTE, caso esta considere necessário.

11.7. Realizar os serviços, objeto do presente Termo, nas suas instalações, após o recebimento da competente ordem de serviço expedida pela Administração, com pessoal qualificado, mediante emprego de técnica e ferramental apropriados.

11.8. Realizar, conforme as recomendações do fabricante, os serviços de inspeção de qualidade das peças fornecidas e serviços executados.

11.9. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritária e exclusivamente, por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não superior ao original, as peças substituídas ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo CONTRATANTE, decorrentes de culpa da CONTRATADA, inclusive, por emprego de mão de obra, acessório ou material impróprio ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pelo CONTRATANTE, cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

11.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

11.11. Apresentar orçamento para a execução dos serviços, conforme condições estabelecidas no presente instrumento, em um prazo máximo de 7 dias corridos.

11.12. Executar os serviços aprovados no prazo determinado pelo CONTRATANTE.

11.13. Arcar com todo o ônus advindo dos encargos sociais e outras despesas que venham a incidir sobre seu pessoal.

11.14. Apresentar as peças, materiais e acessórios que foram substituídos por ocasião dos reparos realizados, ao CONTRATANTE.

11.15. Assegurar/permitir ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço, que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da CONTRATADA, ficando certo de que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do CONTRATANTE eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades.

11.16. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por atos de negligência ou culpa de seus empregados, ou preposto, durante a execução dos serviços estipulados neste termo, indenizando os danos motivados.

11.17. Executar os serviços de manutenção corretiva e preventiva nos veículos, devendo atender, rigorosamente, às normas técnicas aplicáveis e recomendadas pelos fabricantes desses.

11.18. Responder por danos ou desaparecimentos de bens materiais, acessórios ou avarias causadas por seus empregados, ou preposto, à



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

CONTRATADA ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 120 da Lei n. 14.133 de 2021.

11.19. Prestar todos os esclarecimentos técnicos e administrativos que forem solicitados pela CONTRATANTE, relacionados com o serviço executado ou a ser executado.

11.20. Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

11.21. Manter o veículo em local coberto, limpo, fechado e que ofereça segurança.

11.22. Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado.

11.23. Iniciar, após o recebimento da ordem de serviço, a execução do serviço contratado, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

11.24. A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar a prestação dos serviços imediatamente após a assinatura do Contrato.

11.25. Atender, com prioridade, as solicitações da CONTRATANTE, para a execução dos serviços.

11.26. Emitir e transmitir relatórios por meio eletrônico à CONTRATANTE, contendo todos os dados relativos à prestação do serviço objeto do presente Termo de Referência, cujas informações serão confrontadas com os controles elaborados pelo CONTRATANTE, contendo a relação dos serviços executados em cada veículo, além de outras



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

informações em comum acordo com a fiscalização do contrato, objetivando, preliminarmente, a autorização da competente cobrança da prestação do serviço.

11.27. Responsabilizar-se pelas infrações de trânsito e pagamento de multas resultantes de acidentes e outras intercorrências, que, por ventura, ocorrerem no período em que os veículos estiverem a cargo da CONTRATADA.

11.28. Aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com art. 125 da Lei n. 14.133 de 2021.

11.29. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço.

11.30. Acatar todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte deste, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas.

11.31. Atender, prontamente, a quaisquer exigências da fiscalização inerente ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para o CONTRATANTE, não implicando, a atividade de fiscalização, em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, inclusive, perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, tampouco a corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

11.32. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

11.33. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços, ou em conexão com eles.

11.34. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada ao serviço, objeto deste Termo de Referência.

11.35. Responsabilizar-se pelos serviços, objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vierem a direta ou indiretamente, causar ou provocar ao CONTRATANTE e a terceiros, não excluindo, ou reduzindo essa responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE fiscalizar e acompanhar todo o procedimento.

11.36. Responsabilizar-se por quaisquer atos de improbidade administrativa, eventualmente causados por seus empregados, nos locais de trabalho ou, ainda que fora deles, vinculados aos mesmos.

11.37. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento o CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Termo de Referência, razão pela qual a licitante vencedora renuncia, expressamente, a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

12.1. Fiscalizar a fiel observância das disposições do presente Termo, por meio de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos serviços/fornecimentos, registrando, em relatório, as deficiências porventura existentes no fornecimento dos produtos, notificando à CONTRATADA, por escrito, sobre as falhas ou defeitos, determinando o prazo para a regularização das falhas, faltas e defeitos observados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133 de 2021.

12.2. Efetuar o pagamento pela execução dos serviços, na forma convencionada, desde que atendidas às formalidades previstas.

12.3. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições contratuais.

12.4. Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias à prestação dos serviços.

12.5. Fornecer, a qualquer tempo e com presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

12.6. Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário, ou preposto da CONTRATADA, que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização, ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

12.7. Fiscalizar e inspecionar os serviços, verificando o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los quando estes não atenderem ao especificado.

12.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços, em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

12.9. Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida neste Termo de Referência.

12.10. Facilitar o acesso do pessoal da CONTRATADA, dentro das normas que disciplinam a segurança e o sigilo, quando necessário, às suas dependências.

12.11. Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA.

12.12. Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.

12.13. Aprovar ou reprovar os serviços executados pela CONTRATADA.

12.14. Encaminhar à CONTRATADA o veículo para manutenção ou revisão, devidamente acompanhado de Ordem de Serviço.

12.15. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.

12.16. Realizar diligência nas dependências da CONTRATADA, objetivando atestar a capacidade operacional, equipamentos e instalações físicas.

12.17. Fornecer a CONTRATADA todas as peças a que for solicitado para a perfeita execução dos serviços em andamento.

13. MEDIDAS ACAUTELADORAS



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

13.1. Visando prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação, em caso de risco iminente na execução do objeto, o CIESP adotará como medida acauteladora, a retenção do pagamento até que cesse o risco iminente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14. RESPONSÁVEL (IS)PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Luiz Heleno de Souza Santos

14.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133 de 2021.

14.2. O gestor do contrato deverá:

14.2.1. Zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado no contrato;

14.3.2. Anotar em documento próprio as ocorrências;

14.3.3. Determinar a correção de faltas ou defeitos;

14.3.4. Verificar a necessidade de aplicação das sanções administrativas, e;

14.3.5. Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

14.3.6. Verificar, junto à CONTRATADA e seu preposto, se estão tomando todas as providências necessárias para o bom andamento dos serviços.

14.3.7. Realizar os testes de direção e funcionamento do veículo, de maneira a verificar seu correto funcionamento no ato do recebimento.

14.3. Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem qualquer forma de restrição à plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

14.4. A fiscalização se reserva ao direito de recusar os serviços executados que não atenderem às especificações estabelecidas pelo CONTRATANTE.

15. DA VIGÊNCIA:

15.1. A prestação dos serviços constantes no presente Termo de Referência é de natureza continuada, razão pela qual o Contrato Administrativo terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite decenal, por interesse das partes, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

16. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto definido neste Termo de Referência, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa fornecedora penalidades previstas na legislação pertinente;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES

ARGIRITA - BICAS – CHIADOR – DESCOBERTO – GUARARÁ – MAR DE ESPANHA
MARIPÁ DE MINAS – MERCÊS- PEQUERI – ROCHEDO DE MINAS – SANTANA DO
DESERTO SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO- SÃO JOÃO NEPOMUCENO – SENADOR
CORTES – VARGINHA

16.2. Serão aplicadas penalidades no caso de item entregue em desacordo com as especificações e com a proposta, fora dos prazos estabelecidos e quando não forem cumpridas as condições de garantia contra falhas e ou defeitos;

16.3. No caso de aplicação de penalidade de multa, os valores serão aqueles correspondentes a percentuais aplicados sobre o valor global do contrato, escalonados de acordo com a gravidade da infração cometida;

16.4. Em caso de transgressão das regras decorrentes da contratação, a contratada estará sujeita às sanções administrativas contidas na Lei nº 14.133/21.

Bicas, 07 de junho de 2024.

BIANCA FERREIRA
BORGES:0916126
6680

Assinado de forma digital
por BIANCA FERREIRA
BORGES:09161266680
Dados: 2024.06.07
16:31:39 -03'00'

Bianca Ferreira Borges
Gerente de serviços do CIESP

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – RELAÇÃO DOS VEÍCULOS

LOTE	ITEM	PLACA	ANO/MODELO	MODELO/MARCA
01	1.1	OQM-9312	2013/2014	M.BENZ/MASC.GRANMICRO O
	1.2	HNH-0990	2010/2010	M.BENZ/MASC.GRANMINI O
	1.3	QUJ-1855	2017/2018	M.BENZ/MASC.GRANMICRO S2 LO 916
02	2.1		2023/2024	BEPOBUS NÀSCERE / VOLKSBUS 9.180/S
	2.2		2023/2024	BEPOBUS NÀSCERE / VOLKSBUS 9.180/S
	2.3		2023/2024	BEPOBUS NÀSCERE / VOLKSBUS 9.180/S
	2.4		2023/2024	BEPOBUS NÀSCERE / VOLKSBUS 9.180/S
	2.5		2023/2024	BEPOBUS NÀSCERE / VOLKSBUS 9.180/S
	2.6	HLF-0902	2009/2010	VW/GOL 1.0 GIV
	2.7	PXV-5488	2016/2017	VW/NOVA SAVEIRO RB MBVS
03	3.1	HNH-0934	2010/2011	GM/ZAFIRA CONFORT 2.0
	3.2	PZQ-5984	2017/2017	CHEV/SPIN 1.8L MT LTZ
	3.3	SYN7H87	2023/2024	CHEV/SPIN 1.8L AT LT7
	3.4	RVK6C92	2023/2024	CHEV/SPIN 1.8L AT LT7
	3.5	RVK7G30	2023/2024	CHEV/SPIN 1.8L AT LT7
	3.6		2023/2024	FIAT-DUCATO MAXICARGO 13M ³
	3.7		2023/2024	FIAT-DUCATO MAXICARGO 13M ³
	3.8		2023/2024	PEUGEOT-EXPERT
04	4.1	QXT7B80	2020/2020	FIAT/STRADA HD WK CD E

Estudo Técnico Preliminar 2/2024

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Objeto

O presente estudo tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnico automotivo especializado (manutenção preventiva e corretiva) através de serviços mecânico e elétrico nos veículos de diversas marcas e modelos pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP e ainda, fornecimento de peças/acessórios automotivos, destinados aos referidos veículos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Transporte do CIESP	Bianca Ferreira Borges

4. Descrição da necessidade

A contratação em questão é essencial para garantir a operacionalidade contínua dos serviços do Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP, especificamente nos sistemas de transporte, administração e inspeção animal. Consiste na realização de procedimentos preventivos e/ou corretivos nos veículos, visando manter a frota em perfeito estado de conservação e utilização.

Considerando o iminente vencimento dos contratos vigentes (Processo 086 - Pregão Eletrônico 037 de 2022), a necessidade de contratação torna-se ainda mais premente. Diante da quilometragem já atingida pelos veículos, ultrapassando a garantia, e da ausência de quadro de pessoal efetivo, estrutura física e equipamentos adequados para a execução desses serviços, torna-se imperativa a contratação de uma oficina especializada. Essa oficina deve estar localizada preferencialmente em Bicas - MG ou Juiz de Fora - MG, considerando a sede do CIESP e a necessidade de atendimentos complementares em saúde.

A escolha estratégica da localização visa não apenas a economicidade, evitando deslocamentos onerosos, mas também a celeridade na prestação dos serviços, minimizando o tempo de inatividade dos veículos. A contratação permitirá que os veículos estejam sempre prontos para operar, atendendo às demandas do consórcio de maneira eficiente.

Portanto, a necessidade de contratação desses serviços é premente para garantir a continuidade das atividades do CIESP, assegurando a segurança e a qualidade dos serviços prestados, especialmente diante do iminente término dos contratos vigentes.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação de serviços de manutenção veicular deverá atender aos seguintes requisitos:

1. Localização da Oficina Contratada:

1.1. A oficina contratada deve estar situada em Bicas - MG ou Juiz de Fora - MG.

1.2. Justificativa: A escolha destes locais visa garantir a economicidade e celeridade, evitando deslocamentos significativos da frota e reduzindo custos com combustível, tempo e mão de obra.

2. Serviços de Manutenção Corretiva e/ou Preventiva:

2.1. Os serviços englobam:

2.1.1. Manutenção preventiva, com substituição de componentes conforme intervalos regulares.

2.1.2. Manutenção corretiva para reparos necessários decorrentes de defeitos acidentais.

2.1.3. Serviço mecânico, abrangendo desde desmontagem e reparo de motores até a substituição de peças acessórios avariados.

2.1.4. Serviço elétrico, envolvendo reparo e revisão do sistema elétrico e eletrônico do veículo.

3. Procedimentos Operacionais:

3.1. A manutenção corretiva e/ou preventiva será realizada mediante ordem de serviço emitida pelo contratante.

3.2. As peças necessárias à manutenção serão fornecidas pela contratante, que se comprometerá disponibilizá-las conforme solicitado pela contratada.

4. Garantias Diferenciadas:

4.1. A contratada deverá oferecer garantias específicas, como:

4.1.1. Garantia mínima de 6 meses ou 15.000 quilômetros rodados para serviços realizados no motor, câmbio e diferencial.

4.1.2. Garantia mínima de 3 meses ou 5.000 quilômetros para demais serviços.

5. Procedimentos de Comunicação e Reparo:

5.1. Em caso de defeito durante o período de garantia, a contratada será comunicada e deverá providenciar o reparo no prazo máximo de 48 horas, sem ônus para o contratante.

6. Utilização de Peças e Ferramentas:

6.1. Nos serviços de manutenção preventiva e corretiva, apenas peças fornecidas pela contratante serão utilizadas.

6.2. A contratada deve possuir todas as ferramentas e equipamentos necessários para a realização completa dos serviços.

7. Subcontratação:

7.1. Admite-se a subcontratação de serviços que a contratada comprovadamente não possa executar.

8. Relatórios e Documentação:

8.1. A contratada deve fornecer relatórios detalhados dos problemas detectados e das peças necessárias para a realização dos serviços.

8.2. O contratante poderá aceitar, recusar ou solicitar revisão do relatório, comprometendo-se a contratada

executar ou fornecer o que for aprovado.

9. Infraestrutura da Contratada:

9.1. A contratada deve possuir uma infraestrutura mínima, incluindo edificação totalmente murada elevadores automotivos, equipamentos de regulagem, setor de serviço rápido, sistema informatizado de controle, entre outros.

10. Localização da Oficina:

10.1. A oficina da contratada deve estar localizada na cidade de Bicas - MG ou Juiz de Fora - MG.

11. Diligências e Verificações:

11.1. A contratante reserva-se o direito de realizar diligências nas dependências da contratada para verificar a capacidade de atendimento necessário.

Esses requisitos visam garantir a eficácia, eficiência e qualidade na prestação dos serviços de manutenção veicular, atendendo às necessidades do Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP.

6. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado realizado para este Estudo Técnico Preliminar (ETP) visou identificar soluções viáveis para a contratação de serviços especializados de manutenção corretiva e/ou preventiva, contemplando a frota de veículos do Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP. Dentre as considerações, destacam-se:

Solução 1: Mão de Obra Dispendida pelo CIESP

Dada a ausência de quadro de pessoal efetivo e a complexidade dos procedimentos de manutenção, depender exclusivamente de mão de obra do consórcio pode não ser eficaz. A falta de especialização e de equipamentos adequados pode comprometer a qualidade dos serviços prestados.

Inviável

Solução 2: Aquisição de peças necessárias pelo CIESP

Pode ser uma opção complementar à contratação de uma empresa especializada, permitindo ao consórcio manter um estoque de peças essenciais. No entanto, essa opção não substitui a necessidade de mão de obra especializada para realizar os procedimentos de manutenção.

Inviável

Solução 3: Contratação de empresa especializada em manutenção

Foi analisado a hipótese de contratação de empresas especializadas em serviços de manutenção automotiva, levando em consideração sua capacidade técnica, experiência prévia e adequação aos requisitos específicos da frota do CIESP.

Viável

Descrição da Viabilidade:

Conclui-se que a alternativa mais promissora reside na contratação de uma empresa especializada em serviços de manutenção. Essa estratégia tem como objetivo simplificar o processo, centralizando responsabilidades e assegurando uma gestão mais integrada. Além disso, oferece uma solução abrangente, permitindo ao CIESP contar com um parceiro único para todas as demandas relacionadas à frota. Essa abordagem não apenas se destaca por sua eficácia técnica, mas também demonstra uma vantagem significativa em termos de eficiência financeira e operacional para garantir a continuidade das atividades do CIESP.

7. Descrição da solução como um todo

O Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP, visando assegurar a continuidade operacional e a conservação de sua frota de veículos, propõe a contratação de uma empresa especializada em serviços de manutenção corretiva e/ou preventiva automotiva e elétrica. A solução abrange os veículos relacionados no item 9 deste Estudo Técnico Preliminar, compreendendo ações diversificadas para garantir a eficiência e a durabilidade dos veículos.

Principais Elementos da Solução:**Manutenção Preventiva:**

- a) Realização de serviços de caráter revisional em intervalos regulares, conforme preconizado no manual de manutenção de cada veículo;
- b) Substituição de componentes de vida útil pré-determinada, tais como óleo, filtros, correias, velas, bicos injetores, pastilhas, lonas de freio, entre outros.

Manutenção Corretiva:

- a) Atendimento a defeitos ocorridos acidentalmente, abrangendo reparos necessários para corrigir desgastes, quebras ou defeitos na carroceria ou chassi dos veículos.

Serviço Mecânico:

- a) Desmontagem, retífica/reparo, montagem e ajuste de motores a combustão;
- b) Desmontagem, reparação, montagem e ajuste de componentes como cubos de roda, rodas, injetores de combustível, mangas e eixos de transmissão, bombas d'água, de combustível, entre outros.

Serviço Elétrico:

- a) Reparo e revisão do sistema elétrico e eletrônico, com substituição de componentes como lâmpadas, faróis, fusíveis, relés, fios e cabos elétricos;
- b) Inspeção e conserto de conjuntos de iluminação interna e externa, sistema de ventilação, sistema de limpeza do para-brisa, sistema de geração e armazenamento de energia.

Garantias Diferenciadas:

- a) Garantia mínima de 6 meses ou 15.000 km para serviços realizados no motor, câmbio e diferencial;
- b) Garantia mínima de 3 meses ou 5.000 km para os demais serviços.

Gestão Integrada:

- a) Relatórios detalhados dos problemas detectados e peças necessárias para cada serviço;
- b) Aceitação ou recusa pelo Contratante baseada nos relatórios apresentados pela Contratada.

Estrutura e Localização:

- a) Oficina localizada em Bicas - MG ou Juiz de Fora - MG, garantindo proximidade com os veículos do CIESP;
- b) Estrutura adequada, incluindo elevadores automotivos, equipamentos de regulagem, gabaritação de freio, sistema informatizado de controle de serviços, entre outros.

A presente solução busca consolidar uma parceria estratégica com uma empresa que ofereça não apenas serviços de qualidade, mas também uma gestão eficiente, visando otimizar a disponibilidade da frota, reduzir custos operacionais e garantir a segurança e durabilidade dos veículos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa do valor da contratação considerando pesquisa de preços realizada é de R\$ 3.280,00 (três mil e duzentos e oitenta reais) para o serviço de manutenção mecânica e R\$ 3.280,00 (três mil e duzentos e oitenta reais) para o serviço de manutenção elétrica.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas pelo Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP deverá considerar o quantitativo atualizado dos veículos pertencentes à sua frota, bem como o referencial aproximado da necessidade dos serviços, conforme segue:

Manutenção Mecânica:

LOTE	TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	FABRICANTE	QUANTIDADE ESTIMADA HORAS/ANO
01	MICRO ÔNIBUS	02	MERCEDES BENZ	200
02	MICRO ÔNIBUS	03	VOLARE	300
03	MICRO ÔNIBUS	05	VOLKSBUS	200
04	SAVEIRO	01	VOLKSWAGEN	100
05	SPIN	01	CHEVROLET	300
06	STRADA	01	FIAT	100
07	MOTO	01	HONDA	100

Manutenção Elétrica:

LOTE	TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	FABRICANTE	QUANTIDADE ESTIMADA HORAS/ANO
01	MICRO ÔNIBUS	02	MERCEDES BENZ	200
02	MICRO ÔNIBUS	03	VOLARE	300
03	MICRO ÔNIBUS	05	VOLKSBUS	200

04	SAVEIRO	01	VOLKSWAGEN	100
05	SPIN	01	CHEVROLET	300
06	STRADA	01	FIAT	100
07	MOTO	01	HONDA	100

Essa estimativa fornece uma visão geral das horas de serviço necessárias para cada lote de veículos, considerando as diferentes quantidades e tipos de veículos envolvidos.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O fracionamento da solução refere-se à condução da licitação por item, sempre que o objeto for divisível, sem prejuízo da solução global, com o intuito de promover uma ampla participação de licitantes. Nessa perspectiva, compreende-se que a presente licitação poderá ser estruturada em itens individuais, possibilitando a expansão da fase de disputa entre os licitantes, em conformidade com as disposições da Lei 14.133/2021.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

As contratações de fornecimento de combustíveis e óleo lubrificante, bem como o seguro da frota, estão intrinsecamente relacionadas com a contratação de manutenção mecânica e elétrica automotiva para a frota do Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP. Essas são medidas complementares e interdependentes, visando assegurar não apenas a operacionalidade dos veículos, mas também a proteção patrimonial e a continuidade segura das atividades do CIESP. A eficiência e o bom funcionamento da frota dependem da integração desses serviços, promovendo uma abordagem abrangente para a gestão automotiva.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Plano Anual de Contratações do CIESP ainda está em fase de elaboração, considerando a incorporação paulatina da nova Lei de Licitações e a faculdade de adoção do mesmo, conforme expressamente previsto no inciso VII, do art. 12 da norma em questão:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

[...]

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo elaborar **poderão**, na forma de regulamento plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

13. Resultados Pretendidos

A contratação dos serviços de manutenção mecânica e elétrica automotiva representa uma iniciativa estratégica por parte do Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP. O objetivo principal

é assegurar o pleno funcionamento de sua frota de veículos, composta por micro-ônibus, automóveis e motocicletas, utilizados em diversas atividades, como transporte, administração e inspeção animal.

A necessidade desses serviços decorre da constante utilização dos veículos, que atingiram a quilometragem resguardada pela garantia, e da ausência de estrutura própria, quadro de pessoal efetivo e aparelhamento adequado para execução das manutenções. A busca por eficiência operacional, conservação da frota, segurança veicular e redução de custos motivam a realização de intervenções preventivas e corretivas.

A escolha de oficinas situadas em Bicas - MG ou Juiz de Fora - MG, próximas à sede do CIESP, visa otimizar recursos, evitando deslocamentos a distâncias consideráveis, o que resultaria em custos adicionais de combustível e tempo.

A contratação abrangente engloba serviços de manutenção mecânica e elétrica, contemplando desde a revisão e substituição de componentes específicos até reparos em motores, câmbios, sistemas elétricos e demais itens essenciais para o pleno funcionamento dos veículos. A efetivação desses serviços será realizada mediante emissão de ordens de serviço pelo CIESP.

A garantia de qualidade dos serviços contratados inclui prazos mínimos de garantia para diferentes tipos de intervenções, assegurando a responsabilidade da contratada em caso de defeitos ou imperfeições detectados no período estabelecido.

A contratação é considerada uma medida indispensável diante da proximidade do término dos contratos vigentes e visa a continuidade da prestação de serviços de transporte, manutenção e conservação da frota do CIESP. O processo licitatório proposto possibilitará a seleção de empresas especializadas, contribuindo para a excelência na gestão da frota e, conseqüentemente, para a eficácia das operações do Consórcio.

14. Providências a serem Adotadas

Para efetivar a contratação dos serviços de manutenção mecânica e elétrica automotiva, o Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP deve adotar providências essenciais. Isso inclui a elaboração detalhada do Termo de Referência, a capacitação de servidores para fiscalização, a adequação do ambiente organizacional, análises de viabilidade técnica e financeira, definição de critérios de seleção, publicação do edital, condução do processo licitatório e, finalmente, a celebração do contrato com a empresa vencedora. Essas ações visam assegurar transparência, eficiência e conformidade legal na contratação, alinhadas aos objetivos do CIESP na manutenção da frota de veículos.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação dos serviços de manutenção mecânica e elétrica automotiva pode acarretar alguns impactos ambientais. Dentre os possíveis impactos, destacam-se a geração de resíduos provenientes das atividades de manutenção, como óleos lubrificantes usados, peças substituídas e outros resíduos automotivos. Além disso, o consumo de recursos naturais, como energia elétrica e água, nas instalações da oficina, também pode contribuir para impactos ambientais.

Para mitigar esses impactos, é fundamental que a empresa contratada adote práticas sustentáveis, como a destinação adequada dos resíduos, a utilização de tecnologias mais eficientes e a implementação de medidas para redução do consumo de recursos naturais. A inclusão de cláusulas ambientais no contrato e a fiscalização constante por parte do CIESP são estratégias importantes para garantir a conformidade ambiental durante a execução dos serviços contratados.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação dos serviços de manutenção mecânica e elétrica automotiva para a frota do Consórcio Intermunicipal de Especialidades - CIESP é justificada pela necessidade de garantir a operacionalidade contínua, preservar o patrimônio, assegurar segurança, promover economia a longo prazo, atender às exigências legais, melhorar eficiência e produtividade, e permitir que o CIESP foque em suas atividades essenciais. Aterceirização desses serviços para especialistas contribui para a gestão eficaz da manutenção automotiva.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BIANCA FERREIRA
BORGES:0916126
6680

Assinado de forma digital
por BIANCA FERREIRA
BORGES:09161266680
Dados: 2024.01.31 17:20:17
-03'00'

BIANCA FERREIRA BORGES
Gerente de Serviços

KEYTIANE
ALVES ARAUJO

Assinado de forma digital por
KEYTIANE ALVES ARAUJO
Dados: 2024.01.31 14:05:05
-03'00'

KEYTIANE ALVES ARAUJO
Analista Jurídico

ORÇAMENTO

Nome da Empresa: ÁGUIA DIESEL LTDA

Nome do responsável pelo orçamento: FLAVIANE DE OLIVEIRA CAMPOS

CNPJ: 02.474.901/0001-40

Endereço: Av Garcia Rodrigues paes 8105

Telefone fixo: 32 32138177

Celular: 32 991270205

E-mail:aguia.diesel@uol.com.br

SERVIÇO DE MECÂNICA

LOTE	TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	FABRICANTE	QUANTIDADE DE ESTIMADA HORAS/ANO	VALOR UNITÁRIO POR HORA	VALOR TOTAL
01	Micro ônibus	02	Mercedes Bens	200	300	60000
02	Micro ônibus	03	Volare	300	300	90000
03	Micro ônibus	05	Volkbus	200	300	60000
04	Saveiro	01	Volkswagen	100	200	20000
05	Spin	01	Chevrolet	300	200	60000
06	Strada	01	Fiat	100	200	20000
07	Moto	01	Honda	100	180	18000

Local: JUIZ de fora 30 de janeiro de 2024

Assinatura.



ORÇAMENTO

Nome da Empresa: ÁGUIA DIESEL LTDA

Nome do responsável pelo orçamento: FLAVIANE DE OLIVEIRA CAMPOS

CNPJ: 02.474.901/0001-40

Endereço: Av Garcia Rodrigues paes 8105

Telefone fixo: 32 32138177

Celular: 32 991270205


E-mail:aguia.diesel@uol.com.br

SERVIÇO DE ELÉTRICA

LOTE	TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	FABRICANTE	QUANTIDADE ESTIMADA HORAS/ANO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Micro ônibus	02	Mercedes Bens	200	300	60000
02	Micro ônibus	03	Volare	300	300	90000
03	Micro ônibus	05	Volkbus	200	300	60000
04	Saveiro	01	Volkswagen	100	200	20000
05	Spin	01	Chevrolet	300	200	60000
06	Strada	01	Fiat	100	200	20000
07	Moto	01	Honda	100	180	18000

Local: JUIZ de fora 30 de janeiro de 2024

Assinatura:



Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

3/2024

Responsável pela Edição

KEYTIANE ALVES ARAUJO

Data de Criação

12/01/2024 13:24

Objeto da Matriz de Riscos

Manutenção mecânica e elétrica automotiva

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Especificações dos serviços de forma imprecisa ou com divergências.	Imprecisão na especificação e detalhamento dos serviços a serem contratados.	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Contratação não produzir resultados capaz de atender às necessidades do Consórcio.					
Ações Preventivas						
P-01	Elaboração de Estudo Preliminar para a contratação constando detalhamento das especificações dos serviços a serem contratados.			Responsáveis: BIANCA FERREIRA BORGES, KEYTIANE ALVES ARAUJO		
Ações de Contingência						
C-01	Análise crítica das especificações dos serviços com elementos suficientes que subsidiem a contratação .			Responsáveis: BIANCA FERREIRA BORGES, KEYTIANE ALVES ARAUJO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Pesquisa de preços com poucas informações do objeto a ser licitado.	Falta de especificação clara e precisa do objeto resultando em estimativa de preço inferior ao praticado no mercado, causando licitação deserta.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Diminuição da competição, podendo culminar em uma licitação deserta ou fracassada ou aumento indevido do custo da contratação.					
Ações Preventivas						
P-01	Revisão das especificações pela área demandante levando em consideração as informações do mercado.			Responsável: BIANCA FERREIRA BORGES		
P-02	Realização de ampla pesquisa de mercado, em total observância aos parâmetros legais exigidos.			Responsáveis: LUIZ HELENO DE SOUZA SANTOS, BIANCA FERREIRA BORGES, KEYTIANE ALVES ARAUJO		
Ações de Contingência						
C-01	Adequação da especificação de forma clara e precisa do objeto da contratação.			Responsáveis: BIANCA FERREIRA BORGES, KEYTIANE ALVES ARAUJO		
C-02	Em caso de verificação posterior de que a contratação foi realizada por valor acima dos praticados no mercado, realizar a rescisão do contrato/ata e repetir a licitação, após nova aferição do valor de referência.			Responsáveis: BIANCA FERREIRA BORGES, KEYTIANE ALVES ARAUJO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Estipulação do valor de referência com preço acima dos praticados no mercado.	Pesquisa de preços realizada com número reduzido de fornecedores ou fontes de consulta, não refletindo o preço médio praticado pelo mercado.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Contratação dos serviços com preços acima dos praticados no mercado, gerando prejuízos financeiros à Administração Pública.					
Ações Preventivas						
P-01	Revisão das especificações pela área demandante levando em consideração as informações do mercado.			Responsáveis: BIANCA FERREIRA BORGES, KEYTIANE ALVES ARAUJO		
Ações de Contingência						
C-01	Adequação da especificação de forma clara e precisa do objeto da contratação.			Responsáveis: BIANCA FERREIRA BORGES, KEYTIANE ALVES ARAUJO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Falta de interessados em participar da licitação.	Licitação deserta, sem nenhuma empresa participante, o que impossibilitaria a contratação dos serviços demandados.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
Impactos						
1	Impossibilidade na contratação dos serviços demandados.					
Ações Preventivas						
P-01	Realização de pesquisa de mercado para determinar se existem empresas interessadas em executar o objeto demandado e enviar a elas convite para que participem da dispensa.	Responsáveis: LUIZ HELENO DE SOUZA SANTOS, BIANCA FERREIRA BORGES, KEYTIANE ALVES ARAUJO				
Ações de Contingência						
C-01	Repetição do processo licitatório, buscando averiguar e sanar as causas que possam ter levado ao desinteresse dos possíveis licitantes.	Responsáveis: BIANCA FERREIRA BORGES, KEYTIANE ALVES ARAUJO				
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Não atendimento dos requisitos de habilitação pelas licitantes do certame.	Licitação fracassada, sem nenhuma empresa habilitada, o que impossibilitaria a contratação dos serviços.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
Impactos						
1	Impossibilidade na contratação dos serviços.					
Ações Preventivas						
P-01	Previsão apenas dos requisitos absolutamente necessários para a habilitação das licitantes, vedando-se exigências que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.	Responsáveis: BIANCA FERREIRA BORGES, KEYTIANE ALVES ARAUJO				
Ações de Contingência						
C-01	Na análise dos documentos de habilitação, os erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica poderão ser sanados, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.	Responsável: JESSICA AMORIM GOMES				
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Inexecução total ou parcial do contrato/ata.	A Contratada deixa de realizar fielmente as atividades previstas em contrato/ata.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Contratação não produz resultados capaz de atender às necessidades do Consórcio.					
2	Grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhar as obrigações da contratada previstas no contrato/ata em relação aos serviços a serem executados e suas periodicidades.	Responsável: LUIZ HELENO DE SOUZA SANTOS				
Ações de Contingência						
C-01	Comunicar ao setor responsável para aplicação das penalidades cabíveis em decorrência da não execução dos serviços.	Responsável: LUIZ HELENO DE SOUZA SANTOS				
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Atraso no início da execução dos serviços.	Impossibilidade de início dos serviços logo após a assinatura do contrato/ata impactando diretamente no atendimento das necessidades da Área Demandante.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Impossibilidade de início dos serviços logo após a assinatura do contrato/ata.					
Ações Preventivas						
P-01	Estipular prazos razoáveis e exequíveis para início da execução dos serviços, os quais só devem começar a contar após a emissão de Ordem de Serviço pela Contratante, independentemente da data de assinatura do Contrato/ata. Previsão de sanções administrativas no Ato Convocatório para inibir a ocorrência de atrasos.	Responsáveis: BIANCA FERREIRA BORGES, KEYTIANE ALVES ARAUJO				
Ações de Contingência						
C-01	Aplicação célere das sanções administrativas previstas. Em caso de inexecução total do objeto, rescisão do contrato/ata e convocação da próxima colocada na licitação para execução dos serviços nas mesmas condições do primeiro colocado, nos termos da legislação vigente.	Responsável: DIEGO KAIZER				
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item

R-10

empregar materiais de baixa qualidade e

Má qualidade da execução dos serviços

empregar materiais prestados.

Gestão de Contrato

Administração

Médio

sem estrita

similaridade com os

presentes na

Especificação

técnica.

Impactos

1 O emprego de materiais de qualidade inferior reduz a qualidade dos serviços entregues, gerando prejuízos ao Consórcio.

Ações Preventivas

P-01 Especificar no Edital/TR/Contrato as penalidades a serem aplicadas em caso de **Responsáveis:** BIANCA FERREIRA BORGES, emprego de materiais em qualidade inferior bem como de má qualidade na KEYTIANE ALVES ARAUJO execução dos serviços.

Ações de Contingência

C-01 Cobrar da empresa os serviços não executados, ou mal executados. **Responsável:** LUIZ HELENO DE SOUZA SANTOS

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

BIANCA FERREIRA

Assinado de forma digital por
BIANCA FERREIRA
BORGES:09161266680
Dados: 2024.01.31 17:19:35
-03'00'

BORGES:09161266680

6680

BIANCA FERREIRA BORGES

Gerente de Serviços

KEYTIANE

Assinado de forma digital por
KEYTIANE ALVES ARAUJO
Dados: 2024.01.31 13:55:56
-03'00'

ALVES ARAUJO

KEYTIANE ALVES ARAUJO

Analista Jurídico